

# **Texto para Discussão**

## **Série Economia**

TD-E / 47 - 2005

**O Estado na “Riqueza das Nações”**

Raul Cristovão dos Santos

# O ESTADO NA “RIQUEZA DAS NAÇÕES”

Raul Cristovão dos Santos<sup>1</sup>

## 1. Introdução

A partir de meados dos anos oitenta do último século, assiste-se à emergência de uma nova matriz tecnológica nas principais economias centrais. Basicamente, esta nova matriz compõe-se da convergência da informática com as telecomunicações que deu lugar à tecnologia da informação. Poderíamos adicionar ainda a engenharia genética que, como as outras duas, opera sobre o paradigma da codificação. Esta nova matriz tecnológica é a base do movimento histórico difusamente conhecido como globalização. Talvez a forma mais direta de caracterizá-lo é a presença de dois aspectos interligados: flexibilização e liberalização. Flexibilização dos processos produtivos (a produção flexível) e do perfil do trabalho a ser executado. Liberalização de mercados pois diante das novas tecnologias abriu-se uma imensa gama de oportunidades de negócios inviáveis sob os marcos institucionais existentes, e liberalização do mercado de trabalho.

Dentro deste quadro, emerge uma nova onda de idéias políticas e econômicas cuja principal característica é a retomada das idéias liberais. No que diz respeito à ciência econômica, a retomada do liberalismo procurou, como sempre ocorre em períodos de mudanças teóricas, na figura de Adam Smith, o “pedigree” intelectual para legitimar-se enquanto movimento de idéias relacionados à globalização<sup>2</sup>.

Sem sombra de dúvida, Smith com a sua “Riqueza das Nações” (daqui em diante, RN) elabora o mais forte e rigoroso argumento que vai ao encontro dos anseios da sociedade que emerge a partir do século XVII e que enfrentava enormes obstáculos para expandir seus negócios privados na estrutura de regulações que organizavam as diversas atividades produtivas, comerciais (interna e externa), e mesmo aquelas referentes à formação da mão-de-obra, cristalizadas nas corporações de ofício. O discurso de Smith provê uma poderosa ferramenta para a derrubada destas regulações. Keynes afirma que o trabalho de Smith, entre outros no século XVIII, conseguiu harmonizar duas correntes do pensamento político: as do liberalismo individual de Locke, Hume e Burke com a do socialismo igualitário de Rousseau, Bentham e Paley<sup>3</sup>:

À doutrina filosófica de que o governo não tem o direito de intervir, e à doutrina de que ele não tem necessidade de intervir, acrescenta-se uma prova científica de que sua interferência é inconveniente. Esta é a terceira corrente de pensamento, que pode ser descoberta em Adam Smith, e que, fundamentalmente, estava pronta a permitir que o bem comum repousasse no “natural esforço de cada indivíduo para melhorar sua condução”, idéia que só se desenvolveria completa e conscientemente no início do século XIX. (Keynes, 1984, p. 109)

---

<sup>1</sup> Professor da FEA-USP.

<sup>2</sup> Outra corrente também resgatada é a dos economistas austríacos, em particular da obra de Friedrich Hayek.

<sup>3</sup> Keynes (1984, p.104).

Keynes preocupa-se logo em qualificar esta proposição, afirmando que “isto é o que se supõe que os economistas tenham dito”, porém, tais idéias provinham mais dos populizadores e divulgadores, como no “Conversations on Political Economy” da Sra. Marcet, publicado em 1817, pois, de fato, nos trabalhos dos economistas, “nenhuma doutrina deste tipo pode realmente ser encontrada”<sup>4</sup>.

O intuito deste trabalho é averiguar a extensão desta afirmação de Keynes. Tentaremos mostrar que o discurso de Smith é, como qualquer outra obra em *Political Economy* do período, voltada para a orientação da administração pública, e que, portanto, é equívocado atribuir a Smith idéias como Estado mínimo ou sobre a presença do Estado. Tenciona-se arguir que Smith elabora uma nova linha divisória entre o privado e público, porém nunca a primazia de uma esfera sobre a outra. Mais ainda, quanto ao famoso argumento da “mão invisível”, mostrar-se-á que esta refere-se diretamente ao processo de acumulação de capital e não ao livre jogo das forças de mercado, conforme faz crer a atual teoria econômica. As duas próximas seções tratam do objeto de estudo da *Political Economy*, em geral, e da RN, em particular. A seção seguinte discute-se o conteúdo da idéia de “mão invisível” no interior do discurso da RN.

Como este é um trabalho em HPE, e como esta área compreende diversas abordagens ao problema de como interpretar obras do passado, resumi num apêndice o procedimento que utilizo nas minhas pesquisas.

## **2. A *Political Economy* como campo do saber no século XVIII**

A pergunta crucial a ser feita inicialmente é qual é o campo de estudo que o discurso da RN ocupa? Uma resposta tentadora é a de afirmar que é o discurso da ciência econômica, afinal, Smith fundou a ciência econômica com a RN. Entretanto, do ponto de vista da HPE, esta resposta é questionável, conforme demonstrou Tribe (1978) cujo argumento básico seguiremos no resto desta seção. Vamos tentar respondê-la analisando o campo do saber do século XVIII.

No seu “História da Análise Econômica”, Schumpeter afirma que com o desenvolvimento da chamada Revolução Científica, cujo ápice é a obra de Isaac Newton publicada em 1689, assiste-se uma ruptura do campo da Filosofia de onde emergem as ciências naturais, ou seja, do conhecimento científico do mundo natural. O êxito desta revolução levou a elaboração de um projeto similar em relação ao mundo humano. Como dizia Hume, se o ser humano é capaz de produzir tal conhecimento científico ele deveria constituir-se no primeiro objeto de investigação científica. Estabelece-se uma nova ruptura na Filosofia, formando-se o campo da Filosofia Moral. Por sua vez, a Filosofia Moral estava subdividida em quatro ramos básicos, no século XVIII. Eram eles: Teologia, Ética ou Moral, Jurisprudência e Economia Pública<sup>5</sup>. Esta estrutura do saber constituía o currículo básico da Filosofia Moral nas principais universidades européias. Em particular, esta era a estrutura do curso de Filosofia Moral na Universidade de Glasgow, onde Smith passaria a lecioná-la a partir de 1752.

É importante eliminar uma confusão recorrente entre Filosofia Moral e um dos seus ramos que é o da Ética ou Moral. Filosofia Moral é o campo maior e corresponderia hoje ao

---

<sup>4</sup> Keynes (1984, p. 109).

<sup>5</sup> Utilizo aqui o termo de Voltaire para designar *Political Economy*.

campo das ciências sociais, portanto, este seria o campo de investigação dos fenômenos humanos (indivíduos, sociedades. . .) e da produção de leis científicas (regularidades) sobre os diversos aspectos da vida social. Ética tratava da constituição da sociabilidade, ou das “regras” que possibilitavam a interação social dos indivíduos numa sociedade. Esta era uma questão pertinente e desafiadora pois assistia-se a emergência da sociedade moderna cujo traço imediato era a autonomia dos indivíduos na sociedade, daí a questão: como uma sociedade baseada nesta autonomia não sucumbe num estado de desordem generalizada?

Desta forma, o fato de Smith ser um professor de Filosofia Moral não quer dizer que ele era um filósofo moral no sentido de circunscrever o seu trabalho intelectual ao ramo da Ética. Esta confusão tem levado a algumas interpretações que dão uma certa primazia as idéias de Smith expostas no seu livro “Teoria dos Sentimentos Morais” sobre a RN.

Voltando ao nosso argumento, Smith, ao assumir a cadeira de Filosofia Moral, longe de inaugurar ou sugerir qualquer mudança da estrutura de saber descrita acima, preserva-a. Portanto, todas as suas obras publicadas desenvolveram-se num campo conhecido e aceito na comunidade científica de então.

A pergunta agora é saber do que tratava a Economia Pública. Um exemplo significativo é dado na obra de J. Steuart, “Inquiry into the Principles of Political Economy”, publicada em 1766, portanto, dez anos antes da publicação da RN. O exemplo é significativo não só porque apresenta claramente o objeto de investigação da Economia Pública, como também por ser alvo de crítica de Smith às políticas mercantilistas. Vejamos, então, como Steuart define este objeto no seu livro:

“Economy, in general, is the art of providing for all wants of a family, with prudence and frugality. (...). The object of it, in a private family, is therefore to provide for the nourishment, the other wants, and the employment of every individual.

[...]

What economy is in a family, political economy is in a state: with these essential differences, however, that in a state there are no servants, all are children: that a family may be formed when and how a man pleases, and he may there establish what plan of economy he thinks fit: but states are found formed, and the *stateman* (this is a general term to signify the legislature and supreme power, according to the form of government) is neither master to establish what economy he pleases, or in the exercise of his sublime authority, to overturn at will the established laws of it, let him be the most despotic monarch on earth.

[...]

The principal object of this science is to secure a certain fund of subsistence for all the inhabitants, to obviate every circumstance which render it precarious; to provide everything necessary for supplying the wants of society, and to employ the inhabitants (supposing them to be free men) in such a manner as naturally to create the reciprocal relations and dependencies between them, so as to make their several interests lead them to supply one another with their reciprocal wants” (Steuart, 1966, p. 16-17)

A definição do campo de investigação dada por Steuart não diverge daquelas apresentadas pelos autores do continente, principalmente dos autores franceses, como atesta o verbete “Political Economy” escrito por Rousseau para a Enciclopédia de Diderot. A ênfase recai sobre o papel da administração pública, sobre o conjunto de políticas econômicas.

Burke (2003) relaciona a emergência da Economia Pública ao surgimento dos estados nacionais na Europa:

Quanto à “economia política”, ela se desenvolveu a partir da administração doméstica, o Estado sendo visto como um enorme domicílio. A expressão foi aparentemente cunhada pelo teatrólogo protestante francês Antonie de Montchestien em seu *Tratado de Economia Política* (1615). É só no século XVIII, porém, que observamos a entrada da nova disciplina no currículo acadêmico, testemunho do reconhecimento e teorização sobre o conhecimento prático dos mercadores, banqueiros e especuladores na bolsa de valores. Por isso, Carl Ludovici, autor de importante enciclopédia do comércio, pôde ocupar uma cátedra de “conhecimento do mundo” (*Weltweisheit*) na Universidade de Leipzig de 1733 em diante (que uma cátedra pudesse ostentar tal título sugere que a universidade estava aberta à inovação a essa altura). (Burke, 2003, p. 96)

Portanto, a Economia Pública era um campo claramente delineado ao final do século XVIII. Ao longo da RN, Smith em nenhum momento faz referência ao conteúdo da sua obra como contendo alguma idéia nova que estivesse fundando um novo campo do saber. Em nenhuma passagem, que seja na introdução do livro, Smith chama a atenção do leitor ou avisa antecipadamente ao leitor que as proposições ali expostas sobre a natureza e causa da riqueza desdobram-se num novo campo. Nem ele, nem seus contemporâneos franceses, pareceram estar preocupados com este aspecto. Pelo contrário, todos eles parecem discorrer sobre um campo do saber que já está constituído, e, portanto, sobre o qual não há o que discutir, e que é de conhecimento geral obviamente entre os doutos das ciências morais. E de fato, este parece ser o caso. Porém, dentro deste campo, a questão crucial (e origem de todas as suas polêmicas) era qual é o melhor sistema ou conjunto de políticas econômicas que produziriam a riqueza do reino, e, portanto, o seu poder sobre os demais?

Na terceira parte do seu curso de Filosofia Moral que tratava da Jurisprudência, Smith caracterizava-a como o exame das regulações ou leis de maneira geral. Em primeiro lugar tratava daquelas regulações que diziam respeito a ordem interna de uma nação. Em seguida, tratava das “partes inferiores” da administração pública, em particular, daquela relacionada à opulência, ou seja, a oferta abundante de bens que satisfazem necessidades humanas.

Na RN, Smith adere ao vocabulário dos franceses e explicitamente define Economia Pública no início do livro IV da RN:

Political Economy, considered as a branch of the science of a statesman legislator, proposes two distinct objects: first, to provide a plentiful revenue or subsistence for the people, or more properly to enable them to provide such a revenue or subsistence for themselves; and secondly, to supply the state or commonwealth with a revenue sufficient for the public services. It proposes to enrich both people and the sovereign. (Smith, 1999, p.5)

Se esta é a concepção da Economia Pública fica claro que não está em jogo qualquer concepção de econômico ou de uma economia que forneça um objeto de análise autônomo do saber. De fato, o eixo central deste discurso é o soberano. Mais especificamente, o objeto é a sábia administração pública por parte do soberano. Questões que denominaríamos hoje de “econômicas” só são consideradas pertinentes em virtude da existência do soberano. Inexiste qualquer agente econômico dentro destes discursos. Em outras palavras, só torna-se relevante o estudo do corpo econômico porque existe um corpo político. De fato, quando consideramos a RN como um todo, percebe-se que o ponto final da sua estrutura argumentativa é o livro V que trata precisamente do Estado, das suas receitas e despesas necessárias para o bom desempenho da administração do reino. Somente com a constituição da ciência econômica no início do século XIX é que as proposições da RN passam a ser consideradas como teoria econômica. Resta averiguar agora como o discurso de Smith delineia um papel para o Estado consistente com a sua teoria da riqueza.

### **3. A Economia Pública da RN**

A estrutura argumentativa da RN é bem clara quanto aos objetivos da obra. Assim, Smith inicia pela sua concepção de riqueza que é, obviamente, a correta – objetos úteis ao invés de metais preciosos – e aponta as suas causas. Em seguida, parte para criticar os sistemas de políticas econômicas existentes na prática, caso do sistema mercantil, ou na literatura como é o sistema fisiocrático, e, finalmente, após apontar o sistema de liberdade natural, baseado na teoria correta da riqueza, Smith descreve quais são as tarefas do Estado e as maneiras de provê-lo com os recursos indispensáveis para executá-las. Assim, o ponto central de todo o discurso ou o seu ponto de chegada é o papel do Estado. Vejamos um pouco mais detalhadamente esta estrutura.

A riqueza é constituída de objetos que satisfazem qualquer tipo de necessidade humana. Não se pode confundir riqueza com metais preciosos, como faz o senso comum. Claro está que Smith ao apontar o conceito correto de riqueza como objetos úteis, já prepara o terreno para a crítica ao sistema mercantil. A origem da riqueza é o trabalho humano. Mas, não é qualquer tipo de trabalho ou o trabalho executado de qualquer forma. Smith descreve duas condições para que o trabalho humano possa gerar riqueza.

A primeira é a produtividade do trabalho, ou seja, a destreza, habilidade e o discernimento com que o ser humano realiza as tarefas da produção. A idéia é óbvia. Quanto maior a produtividade, maior a quantidade de objetos úteis obtida por unidade de esforço humano. O aumento da produtividade do trabalho depende da divisão social de trabalho. Smith, para exemplificar essa causa da riqueza, utiliza um outro conceito, o da divisão interna do trabalho, o processo de diferenciação e integração de tarefas no interior de uma atividade produtiva. Quanto mais especializado o trabalho dos indivíduos entre atividades e dentro de atividades, maior será a produtividade do trabalho e, portanto, maior a produção de objetos úteis.

Mas por que um indivíduo abdicaria de produzir tudo aquilo de que ele necessita para produzir somente um único produto? Porque o aumento da produtividade decorrente da especialização gera um excedente de produção com o qual ele pode obter os demais objetos através de uma troca. O indivíduo deixa de produzir para si próprio e passa a produzir para os outros ou para o mercado. Antes que alguém seja tentado a ver aqui o embrião da matriz marginalista, note-se que o indivíduo deve produzir (trabalho) aquilo que será objeto de uma

troca. Trocam-se excedentes de produção, e não uma dada dotação inicial de objetos úteis. O ponto relevante está no conteúdo social da produção: produção direcionada para o mercado, e não para o consumo pessoal.

A divisão de trabalho relaciona-se à propensão às trocas dos indivíduos que é, de acordo com Smith, um elemento inato da natureza humana. Aqui também ocorre uma pequena omissão. Pouca referência é feita a essa propensão, talvez porque seja um pouco estranho assumir que ser comerciante é uma característica inata da natureza humana. Em compensação, abundam referências ao auto-interesse. Porém, note-se que Smith parte de uma interdependência social entre os indivíduos, desde que, diferentemente de outras espécies do mundo animal, todo ser humano depende de outros para sobreviver. Portanto, não se está supondo a existência de agentes isolados entre si que, movidos pelo auto-interesse, somente se relacionam no ato da troca. Na verdade, os indivíduos apelam para o auto-interesse dos outros, e não são movidos pelo auto-interesse. A troca nada mais é que a forma mais efetiva de se apelar para o auto-interesse do próximo.

Agora, um indivíduo utiliza seu estoque de riqueza para satisfazer suas necessidades, quaisquer que sejam elas. Porém, afirma Smith, se esse estoque encontra-se acima ou em excesso da quantidade necessária para atender essas necessidades, ele pode utilizá-lo de outra forma: contratando o trabalho de outros que, por sua vez, não dispõem de um estoque tão generoso de riqueza. Álias, e não casualmente, Smith afirma que essa é a situação da maioria dos indivíduos numa sociedade moderna, ou seja, dos trabalhadores.

A contratação e o emprego desses trabalhadores eleva a escala de produção do negócio do empregador, tanto pelo aumento do número de trabalhadores quanto pelo possível aumento da produtividade do trabalho, pois, com um maior número de trabalhadores, pode-se aprofundar a divisão interna de trabalho. Como resultado, o excedente de produção aumenta, e com ele, a oferta e a circulação de objetos úteis na sociedade.

A parcela de estoques utilizada para adquirir, ou melhor, comandar trabalho alheio, Smith denomina capital, e o excedente advindo do emprego do estoque como capital, é denominado de lucro do capital. Smith faz questão de enfatizar que esse último não deve ser confundido com os salários de supervisão ou organização da produção. Sua origem está no valor que é agregado pelo trabalho na produção. É esse trabalho que Smith denomina de produtivo.

A acumulação de capital, idêntica ao aumento do número de trabalhadores produtivos, é, portanto, a segunda causa da riqueza de uma nação. Ela se funda em outra propensão humana<sup>6</sup>, a saber, a busca incessante da melhoria das condições de vida. Isso porque o meio mais óbvio para melhorar as condições de vida é o aumento da fortuna. Essa, por sua vez, depende da forma como o capital acumulado é empregado, obviamente para aqueles que dispõem de capital. Para Smith, os indivíduos tendem naturalmente a empregar o capital naquelas atividades onde o trabalho posto em movimento agrega mais valor. De maneira geral, Smith aponta a existência de uma seqüência natural nessas aplicações: agricultura,

---

<sup>6</sup> Novamente, aqui, deve-se ressaltar que esta propensão não pode ser confundida com aquela que permeia a primeira causa da riqueza.

manufaturas, comércio doméstico e por último, como não poderia deixar de ser, o comércio internacional<sup>7</sup>.

É quase um mistério a ausência de referências a essa segunda causa quando se discute atualmente as idéias de Smith, seja por seus simpatizantes, seja por seus críticos. Inexiste menção às idéias de capital, poupança ou acumulação de capital, e, principalmente, trabalho produtivo. E, no entanto, como afirma Hicks (1965), o capítulo 3 do Livro II é o centro da RN: os capítulos anteriores apontam para ele, e os demais são mera aplicação dos princípios nele apresentados. De fato, como compreender o conceito de preço real sem o conceito de trabalho produtivo, exposto nesse capítulo? Vale recapitular. Trabalho produtivo é aquele que agrega e fixa valor ao valor dos materiais durante a produção. Ao agregar valor, o trabalhador repõe o valor do seu salário, e põe o valor dos lucros de quem o emprega. Ao fixar esse valor, o possuidor da mercadoria pode adquirir ou comandar posteriormente, pelo menos, a mesma quantidade de trabalho que a produziu<sup>8</sup>. Na verdade, numa sociedade que se encontra sob a acumulação de capital, a mercadoria irá adquirir mais trabalho do que o trabalho que a gerou.

Dado os propósitos deste trabalho, o importante a notar é que Smith dispõe agora de um critério para avaliar quais são as atividades geradoras de riqueza por meio do quanto elas agregam de novo valor durante a produção. Este é o critério que Smith utiliza no seu exame dos sistemas de políticas econômicas mercantil e fisiocrático, objeto central do Livro IV.

A crítica de Smith aos fisiocratas, em particular, às idéias de Quesnay, dirige-se à idéia de trabalho produtivo. Conforme exposto anteriormente, para Smith, o que caracteriza o trabalho produtivo não é o setor onde este se realiza, mas sim se ele adiciona um novo valor durante o processo de produção. Assim, o alvo principal continua a ser o sistema mercantil pois este, ao contrário dos fisiocratas, é utilizado na prática pelos países europeus. Para se ter uma idéia do esforço de Smith, note-se que a crítica ao sistema mercantil ocupa ao redor de 25% do texto da RN. Ele divide estas políticas em dois grupos para efeito de análise: proibições às importações e incentivos à exportação de bens manufaturados no país. Em cada uma das suas análises sobre as políticas específicas de importações e de exportações, Smith utiliza somente um único critério que é o da geração de mais valor (monetário) na atividade produtiva, assim, cada política é avaliada de acordo com o seu efeito sobre a geração deste excedente de valor. A conclusão geral é que tais políticas tendem a direcionar o capital para empregos que geram muito menos valor agregado do que seria o caso se essas políticas não fossem implementadas.

Finalmente, desmantelado o sistema mercantil, Smith deriva o único sistema de políticas econômicas compatível com a (sua) concepção correta de riqueza apresentada nas duas primeiras partes da RN: o sistema de liberdade natural. Sob este sistema emerge então o adequado papel que o Estado ou a administração pública deve ter. No sistema de liberdade natural, o soberano é poupado da tarefa de avaliar e decidir sobre a melhor aplicação do capital dentre aquelas possíveis:

The sovereign is completely discharged from a duty, in the attempting to perform which he must always be exposed to innumerable delusions, and

---

<sup>7</sup> Curiosamente, Smith assiná-la que os Estados Unidos retardariam o progresso da sua riqueza se deixassem de importar manufaturas européias para produzi-las internamente, através de um monopólio, pois estariam suprimindo parte do seu capital da agricultura, primeira atividade na ordem natural exposta acima.

<sup>8</sup> Ver Santos (2005, p. 15-21).



for the proper performance of which no human wisdom or knowledge could ever be sufficient; the duty of superintending the industry of private people, and of directing it towards the employments most suitable to the interest of society. (Smith, 1999b, p. 274)

Quer isto dizer que o Estado simplesmente desaparece de cena? Não, pois o objeto da Economia Pública é precisamente o de orientar o soberano. Neste caso, Smith está apenas apontando para as tarefas que ele deve descartar porque a própria busca do emprego do capital por parte dos homens de negócio encarrega-se de realizá-las. O Estado, no entanto, tem outras tarefas a executar:

According, to the system of natural liberty, the sovereign has only three duties to attend to; three duties of great importance, indeed, but plain and intelligible to common understandings: first, the duty of protecting the society from the violence and invasion of other independent societies; secondly, the duty of protecting, as far as possible, every member of the society from the injustice or oppression of every member of it, or the duty of establishing an exact administration of justice; and, thirdly, the duty of erecting and maintaining certain public works and certain public institutions which it can never be for the interest of any individual, or small number of individuals, to erect and maintain; because the profit could never repay the expense to any individual or small number of individuals, though it may frequently do much more than repay it to a great society. (Smith, 1999b, p. 274)

Portanto, se o Estado não deve se propor a realizar determinadas tarefas, ele deve estar pronto para executar outras. De forma alguma, pode-se concluir do argumento de Smith que ele pede pela minimização da presença do Estado. Pelo contrário, as tarefas descritas acima mostram que a sua presença é imprescindível para o bom funcionamento do sistema de liberdade natural. Não se trata do tamanho do Estado, mas sim do seu papel que o discurso de Smith está discorrendo. Mas como garantir que as decisões dos homens de negócios privados produziram efetivamente uma maior oferta de bens e serviços na sociedade? Ou seja, à contrapartida das ações do Estado deve corresponder um comportamento dos indivíduos na esfera privada de seus negócios que, de fato, aumentem a riqueza da nação. Caso contrário, aquele não seria o papel adequado do Estado. Este é o objeto da próxima seção

#### **4. Mercado e “mão invisível”**

O comportamento dos indivíduos que empregam seus estoques como capital já seria uma resposta suficiente a questão posta anteriormente. Smith, ao tratar da acumulação de capital, afirma que a fonte desta acumulação é a parcimônia ou, em termos modernos, a poupança. Tudo aquilo que um indivíduo não destina para o seu consumo imediato é adicionado ao seu capital que não tem outro objetivo se não o de empregar trabalhadores produtivos, portanto, trabalhadores que agregam novo valor durante a produção. O interesse de cada homem de negócio é o de obter o maior volume de lucros possível. Se todos atuam assim, é inevitável que o valor total da produção anual da nação seja o mais elevado:

Whatever a person saves from his revenue he adds to his capital, and either employs it himself in maintaining an additional number of productive

hands, or enables some other person to do so, by lending it to him for na interest, that is, for a share of profits.[...]

Parsimony, by increasing the fund which is destined for the maintenance of productive hands, tends to increase the number of those hands whose labour adds to the value of the subject it is bestowed. It tends, therefore, to increase the exchangeable value of the annual produce of the land and labour of the country. It puts into motion an additional quantity of industry, which gives na additional value to the annual produce. (Smith, 1999a, p.437)<sup>9</sup>

Entretanto, este argumento aparece de uma maneira mais interessante quando expõe o mecanismo por meio do qual a acumulação de capital aumenta a riqueza da nação. Isto nos leva à famosa passagem da “mão invisível” que aparece na discussão sobre o sistema mercantil. Tal sistema, diz Smith, tem como objetivo de política o aumento do saldo da balança comercial, daí suas políticas quanto a proibição de importações e incentivos as exportações, tratados de comércio internacional e da manutenção das colônias. É na análise da proibições das importações que Smith usa a expressão e a idéia da “mão invisível”. Vejamos qual é o seu argumento.

Qualquer que seja o tipo de restrição às importações de bens, proibição absoluta ou altas taxas de importação, o mercado interno fica assegurado aos produtores locais, ou seja, estes passam a ter o monopólio sobre o mercado interno. Para Smith, isto pode causar um aumento da atividade produtiva em alguns setores, porém é duvidoso que acarrete um aumento do nível geral da produção. A razão desta conclusão é simples: o nível geral de produção e emprego numa sociedade tem um limite que é dado pelo montante de capital que a sociedade pode empregar. Devemos lembrar que o capital comanda trabalho e não o contrário. Assim, afirma Smith, nenhuma regulamentação pode gerar um aumento generalizado da produção e do emprego. Pode, se tanto, desviar parte do trabalho total da sociedade para um ou outro setor e, mesmo assim, corre-se o risco desta reorientação “artificial” da atividade econômica tornar-se prejudicial à sociedade. A justificativa lógica desta última proposição flui diretamente da teoria da acumulação de capital elaborada por Smith no Livro II da RN. Afirma Smith:

“Every individual is continually exerting himself to find out the most advantageous employment for whatever capital he can command. It is his own advantage, indeed, and not that of the society, which he has in view. But the study of his own advantage naturally, or rather necessarily, leads him to prefer that employment which is most advantageous to the society.”

Este resultado natural ou necessário decorre de dois motivos. Primeiro, qualquer indivíduo proprietário de capital prefere aplicá-lo no mercado interno do que no externo, porque assim tem um controle maior da sua aplicação, desde que possa obter a remuneração normal do capital. Ao fazer isso, ele “põe em movimento” um maior número de trabalhadores, elevando o nível da atividade e da renda nacional do que no comércio internacional.

Em segundo lugar, todo o indivíduo proprietário de capital procura aplicá-lo naquelas atividades cujo produto contenha o maior valor possível. Devemos lembrar que, para Smith,

---

<sup>9</sup> Ver também Smith (1999a, p. 443).

capital é aquela parte do estoque de um indivíduo que é utilizado para obter um rendimento adicional (lucro) por meio da contratação de trabalhadores produtivos:

“The produce of industry is what it adds to the subject or material upon which it is employed. In proportion as the value of this produce is great or small, so will likewise be the profits of the employer. But it is only for the sake of profit that any man employs a capital in the support of industry; and he will always, therefore, endeavour to employ it in the support of that industry of which the produce is likely to be of the greatest value, or to exchange for the greatest quantity either of money or of other goods.” (Smith, 1999, p. 32, grifo adicionado)

Porém, a renda nacional é igual ao valor de troca do produto anual do conjunto das suas atividades produtivas. Assim, como todo indivíduo proprietário de capital procura aplicá-lo naquelas atividades onde o produto tenha o maior valor possível, ele acaba por elevar o valor total da produção nacional. Sua intenção é obter o maior valor possível dos seus rendimentos, mas nesta busca, acaba por elevar o valor total da produção nacional, o que não é seu objetivo, nem tampouco ele tem consciência deste efeito.

A articulação destes dois motivos sobre como proprietários de capital acabam promovendo, não intencionalmente, a riqueza nacional leva à idéia da “mão invisível” e, de fato, ao único momento na RN em que este termo aparece:

“He [employer] generally, indeed, neither intends to promote the public interest, nor knows how much he is promoting it. By preferring the support of domestic to that of foreign industry, he intends only his own security; and by directing that industry in such a manner as its produce may be of the greatest value, he intends his own gain, and he is in this, as in many other cases, led by an invisible hand to promote an end which was no part of his intention.” (Smith, 1999, p. 32, grifo adicionado)

Desta forma, o “conselho” de Smith para o soberano, idêntico ao de Turgot e pelas mesmas razões, é que ele se sobrecarregará desnecessariamente com uma tarefa para a qual os indivíduos podem avaliar melhor do que qualquer legislador ou conselho da administração pública pode fazê-lo. Mas o propósito de Smith neste capítulo não é mostrar as proezas do mercado, mas sim o de rejeitar qualquer legislação, restritiva ou proibitiva, das importações. Este tipo de restrição desloca o fluxo de capital para certas atividades, elevando seus níveis de atividade e de emprego, sem elevar, porém, o nível geral da produção.

Conforme aponte na seção anterior, Smith e os fisiocratas constroem os seus discursos no campo da Economia Pública. Assim, o mesmo conselho pode ser elaborado comparando-se a decisão sábia de um chefe de família com a do soberano, chefe da grande família que é o Estado:

“It is the maxim of every prudent master of a family never to attempt to make at home what it will cost him more to make than to buy [...] that is the prudence of every private family can scarce be folloy in that of a great kingdom.” (Smith, 1999, p. 33)

Pelo exposto aqui, deve ficar claro que a idéia da “mão invisível” tem muito pouco a ver com o livre jogo das forças de mercado, em particular, quando esta expressão refere-se ao jogo entre demanda e oferta. A “mão invisível” relaciona-se à dinâmica da acumulação de capital e, portanto, seu conteúdo teórico prende-se à introdução da acumulação de capital

como uma das causas da riqueza e, não custa lembrar, esta causa deriva de um aspecto da natureza humana que é a constante busca, por parte dos indivíduos, da melhoria de suas condições de vida, e não com a propensão a trocar que se baseia no apelo ao auto-interesse dos outros para obter aquilo que se deseja.

No entanto, é bom frisar que existe uma relação entre a “mão invisível” e o funcionamento do mercado. Mas, novamente, somente quando inserido na análise do processo de acumulação de capital. No livro I, Smith utiliza o conceito de preço natural, igual à soma das taxas naturais de salário, lucro e renda. O preço de mercado flutua ao redor do preço natural pela força da competição. De fato, é a competição entre capitais, na busca pelo melhor retorno, que produz a tendência à equalização das taxas de lucro.

## Apêndice

Este apêndice apresenta, mesmo que de maneira precária, a minha abordagem no campo da história das idéias econômicas. Em primeiro lugar, como afirma Mark Blaug, fazer HPE depende do próprio conceito que se tem sobre o que são as ciências. Minha abordagem é a de que a história de qualquer ciência faz-se por meio de rupturas com o saber estabelecido, e não por meio de continuidades. Para ser mais exato, tento seguir a abordagem de Gaston Bachelard, para quem, a história de uma ciência é uma luta eterna contra seus obstáculos epistemológicos. Esta abordagem é pouca estudada e utilizada na história da ciência econômica, e mesmo nas suas discussões metodológicas, que privilegiam a outra linha crítica às ideias do círculo de Viena que vai de Popper para Kuhn, Lakatos, Feyerabend, entre outros<sup>2</sup>. Uma notável exceção é o trabalho de Tribe (1978). Assim como Popper, na década de trinta, havia enfatizado o erro, daí o falsificacionismo, como motor do progresso do conhecimento científico em oposição ao verificacionismo da Escola de Viena, Bachelard apontava a retificação do erro como o ponto nevrálgico para se entender a prática científica, para ser mais exato, a retificação dos erros permeava o avanço da ciência. Porém, ao contrário de Popper, este processo não era cumulativo, mas envolvia uma profunda ruptura com a estrutura do saber anterior.

A primeira ruptura se dá em relação ao senso comum e corresponde ao próprio nascimento do pensamento científico, pois aquilo que nos é dado imediatamente pela observação nos engana e nos faz prisioneiros de noções que não passam de pré-conceitos. O senso comum é o primeiro obstáculo epistemológico. Ao rompimento com o senso comum corresponde a emergência do conceito com seu duplo caráter: abstrato e concreto. A descoberta de um conceito não se faz pela sua mera ampliação, que permite dar conta de um número maior ou de novos fatos, mas sim pela derrubada de toda estrutura de saber que o envolve. Por ser um projeto humano, as ciências estão fadadas ao erro, mas são as retificações dos erros, por meio de rupturas epistemológicas, que lhes dão o caráter do progresso. Assim, a história de qualquer ciência está sempre sendo retificada, refeita após estes momentos de rupturas<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Para um concisa exposição das idéias de Bachelard, ver Tiles (1984). Ver também Bachelard (1978).

No entanto, tanto Popper quanto Bachelard tratavam principalmente das ciências naturais, onde, aparentemente, podia-se identificar um vetor unidirecional de progresso. Mas, no caso das ciências sociais e em particular da economia, este vetor não era claro, exceto quando se considera uma matriz teórica como dominante e se refaz a história das idéias econômicas a partir do seu ponto de vista. Este é o caso da *História das Idéias Econômicas* de J. A. Schumpeter. É uma história retificadora no sentido de Bachelard, mas que mascara a própria existência da presença de diferentes conceitos sobre um mesmo fenômeno econômico.

A pergunta crucial desloca-se então para a prática dos economistas quando estes produzem seus conhecimentos. Uma resposta possível, e que tento utilizar aqui, foi dada por Arida (1991). O estudo da HPE, calcado na observação de como os economistas fazem a sua ciência deveria centrar sua atenção, ao invés de camuflá-los, nos embates teóricos os quais configuravam momentos de ruptura no edifício da ciência. Nestes embates, concepções distintas do objeto de análise estavam em jogo e a resolução da controvérsia dava-se pelo maior poder de convencimento que uma teoria tinha sobre a outra, o que criaria um consenso entre os praticantes da ciência, dando-lhe um caráter de “normalidade”. Mais ainda, as concepções em jogo eram permeadas por ideologias as quais, diferentemente do afirmado por Schumpeter (1954), não tendiam a desaparecer com o progresso da ciência. Este era o objetivo do meu trabalho sobre as controvérsias sobre a idéia de riqueza ao longo da história da ciência econômica, apresentado em 1986<sup>11</sup>.

Após esta breve apresentação dos percalços de se fazer HPE, voltemos ao tema central deste trabalho que é o de discutir a difundida idéia de Smith como paladino do livre mercado, conforme a abordagem da teoria tradicional.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Arida, P. (1991). **A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica**.in J. M. Rego (org.) Revisão da Crise: Metodologia e retórica na História do Pensamento Econômico. São Paulo, Bional.
- Bachelard, G.(1978). **La Formación del Espíritu Científico**. México, Siglo Veintiuno.
- Burke, P. (2003). **Uma História Social do Conhecimento**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Keynes, J. M. (1984). **O Fim do Laizzes-Faire**, in T. Szmrecsányi (org.) Coleção Grandes Cientistas Sociais, Keynes. São Paulo, Ática.
- Robbins, L. (1981). **The Nature & Significance of Economic Science**. London, MacMillan,
- Rousseau, J-J (1973). **A Discourse on Political Oeconomy**, in The Social Contract and others Discourses. London, Everyman.
- Santos, R. C. dos (1986). **Riqueza e Ciência Econômica: Uma Reflexão Sobre a História do Pensamento Econômico**. Seminários , IPE-FEA-USP, n.17/86.

---

<sup>11</sup> Santos (1986).

- \_\_\_\_\_ (2005). **Alguns Mitos sobre a Riqueza das Nações**, in Seminário IPE-USP, n. 12/2005. São Paulo
- Smith, A. (1999a). **The Wealth of Nations**, Books I-III London, Penguin Books.
- \_\_\_\_\_ (1999b). **The Wealth of Nations**, Books IV-V London, Penguin Books.
- Schumpeter, J. A. (1954). **History of Economic Analysis**. Oxford, Oxford University Press.
- Steuart, J. (1966). **An Inquiry into the Principles of Political Oeconomy**. A. S. Skinner (ed). Edinburg, Oliver&Boyd.
- Tiles, M.(1984). **Bachelard: Science and Objectivity**. Cambridge, Cambridge University Press.
- Tribe, K. (1978). **Land, Labor and Economic Discourse**. London, Routledge and Kegan.
- Turgot, A. R. J. (1977). **In Praise of Gournay**, in The Economics of A. R. J. Turgot, P. D. Groenewegen (ed). Martinus Nijhoff, The Hague.